

Gostaria de iniciar essa mensagem da Ordem dos Advogados do Brasil com a alegria que nos preenche por simplesmente as instituições a que honrosamente representamos estarem juntas e unidas nesta tarde. Porém, se hoje nos sobra o pesar, jamais nos afastaremos da esperança.

As ruas gritam e clamam por mudanças e sempre estivemos atentos aos anseios do povo Brasileiro. A corrupção se tornou comum, mas jamais poderemos coroá-la com a marca da normalidade. Não podemos quedar inertes face ao desmonte do Estado de Direito e ao esfacelamento de nossas instituições. Não podemos cegar diante da ideologia, nem calar pelo utilitarismo que projeta em fins maiores uma justificativa para o que está posto. Não há conquistas de qualquer ordem que justifiquem o avanço do Estado sobre as liberdades individuais.

A probidade não é tributo a sustentar "avanços sociais". A governabilidade não pode ser alcançada através da corrupção.

Destaco inicialmente que a Sra. Presidente da República, no exercício de seu mandato agiu com ofensa à Lei Orçamentária e LRF, destaco:

- Atrasos em pagamentos à Caixa Econômica Federal, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, constituindo operações de crédito para o financiamento de políticas públicas, em ofensa ao art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
- Omissões de passivos e de transações primárias deficitárias do FGTS, BNDES e Banco do Brasil nas estatísticas fiscais e da dívida pública, o que teria feito com que a dívida pública fosse subestimada em 7 bilhões de reais;
- Irregularidades na gestão fiscal (metas, programação orçamentária e financeira e contingenciamento) – ausência de decreto de contingenciamento de 28,5 bilhões de reais e liberação 10 bilhões de reais, quando já ciente, no quarto bimestre, de que a meta fiscal e superávit não seriam alcançados;
- Abertura de créditos suplementares de 15 bilhões de reais com comprometimento da meta de resultado primário, que não foi alterada por lei.

Outro ponto relevante a se considerar foi a concessão da renúncia fiscal de tributos à FIFA, altamente impactante a economia, em prejuízo de várias gerações de brasileiros, que serão obrigados a arcar com a conta de devolver os tributos que não foram arrecadados e que, certamente, estão fazendo falta no atual momento econômico que o Brasil atravessa.

Aliás, importante frisar que um dos argumentos apresentado pelo Governo Federal para a recriação da malsinada CPMF, das quais somos contra, Presidente MARCELO, seria a cobertura do déficit previdenciário, muito dele decorrente da irresponsável renúncia com qual, em agosto deste ano, temos que arcar.

Assistimos atônitos aos acontecimentos. Testemunhamos manobras da dirigente máxima do país para obliterar o curso de uma investigação tentando afastar o foro de um investigado através de sua nomeação para o cargo de Ministro de Estado.

Ouvimos um ex-presidente da República falar de sua satisfação com o espancamento de cidadãos por militantes de seu partido para que "tivessem uma lição".

Ouvimos um Ministro, indecorosamente, se reportar ao Presidente do Conselho Federal como "filho da puta" e fazer gestão para obstruir o fluxo regular da justiça!

Não atravessamos uma crise política e econômica simplesmente, atravessamos, sim, uma das mais graves crises éticas e morais de nossa sociedade. As estruturas que nos sustentam estão profundamente abaladas. O Estado de Direito está em risco. Faz-se imperioso o restabelecimento da Ordem. Faz-se inadiável a sindicância dos fatos que nos conduziram a este momento.

Educada, civilizada, ordeira e pacificamente, a população vestiu verde e amarelo, no Brasil e no exterior, para cantar o hino nacional e protestar contra a corrupção generalizada, sucessivos escândalos e imobilismo das autoridades governamentais.

É a força da sociedade brasileira em um só grito: "Chega de corrupção!"

Uma Presidente da República e toda sua cúpula envolvida em manobras políticas para intimidar Tribunais Superiores, Ministros, Juízes e testemunhas, a fim de obstruir o fluxo de uma investigação criminal.

Nunca antes nos deparamos com um Ministro de Estado tentando subornar e intimidar uma testemunha. Nunca antes testemunhamos uma nomeação para um dos mais altos cargos do país, o coordenador último do Gabinete Presidencial, ser movida pelo interesse de atribuir foro privilegiado.

Essas não são práticas afetas aos mandatários maiores da nação, nem lhe são afetas e muito menos lhes são permitidas. Assistimos o enredo de uma história que não merece ser lembrada, interpretado pelos atores maiores da nação.

Há indícios muito fortes de que a Presidente da República tenha agido diretamente e através de seus ministros para influir sobre processos judiciais em curso e, ainda, mais concretamente, nomeando um ex-Presidente para seu ministério com o primordial fim de lhe conceder foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal.

Da mesma maneira há provas que indicam manobras de seus Ministros para tentar intimidar diretamente membros da Excelsa Corte.

Os fatos são graves e não podemos quedar inertes.

A OAB/RO, instituição reconhecidamente porta-voz da sociedade, conclama as instituições e seus legitimados que não obstante a luta contra a chaga da CORRUPÇÃO que drena os recursos públicos de nossa nação, possamos nos manter fiéis às garantias fundamentais tão caras à sociedade brasileira, fruto da redemocratização positivada na Constituição Federal.

Assim, em vista da ofensa à lei orçamentária e à lei de responsabilidade fiscal, desvio de finalidade de atos administrativos, obstrução de apurações submetidas ao crivo do Poder judiciário; condutas da presidente da república que indicam a prática de crimes de responsabilidade, nós do CFOAB e da OAB/RO somos favoráveis e apoiamos o pedido e o processamento de impeachment da Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Roussef.